

## CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA NO CONTEXTO DO PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO - A PARTIR DE LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Julierme Antonio dos Santos<sup>1</sup>, Bruna Tarcília Ferraz<sup>2</sup>

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ<sup>1</sup>

[juliermeantonio@hotmail.com](mailto:juliermeantonio@hotmail.com)

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE / Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ<sup>2</sup>

[btfl@hotmail.com](mailto:btfl@hotmail.com)

**RESUMO:** O Programa Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), política pública educacional destinada à formação dos professores, instituída em 22 de novembro de 2013, demonstra ser de grande relevância para o desafio de fomentar a formação continuada. Nosso texto é uma revisão bibliográfica como parte de uma pesquisa<sup>1</sup> acadêmica que se beneficiou da facilidade de acesso a uma quantidade incomensurável de documentos on-line, consultando-se repositórios como a Scientific Electronic Library Online – SciELO, Portal de periódicos CAPES, GOOGLE Acadêmico, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD. Concluímos que a valorização do professor enquanto mediador do conhecimento apresenta-se como uma demanda para o trabalho docente e em especial no ensino médio. A importância de construir uma política em favor da formação continuada está presente fortemente nos trabalhos analisados. Essa importância da formação continuada referendada nos trabalhos aos quais tivemos acesso está muito ligada a essa compreensão da importância de reforçar a identidade do professor.

**Palavras-chave:** Política educacional, PNEM, Formação de professores.

### INTRODUÇÃO

Em novembro de 2013, a União iniciou o programa Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio. O PNEM surgiu como uma ação concreta do Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI. O programa parte de duas ações estratégicas e articuladas. A primeira ação busca promover um redesenho curricular, constituindo-se em instrumento para o debate do currículo da escola, marcado em muitos casos pela falta de contexto com a realidade do educando e pela divisão em disciplinas que na grande maioria não dialogam entre si. Neste artigo, realizamos algumas considerações sobre o programa, tendo como base trabalhos acadêmicos que tinham como tema o programa.

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2018 como requisito de mestrado, apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades – PPGECI, na linha de pesquisa 3-Políticas, Programas e Gestão de Processos Educativos e Culturais. Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE e Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ.

## DISCUSSÃO

### CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNEM

O PNEM, foi instituído pela Portaria Ministerial nº 1.140, de 22 de novembro de 2013. O principal objetivo era promover a valorização da Formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, tanto nas escolas rurais quanto nas urbanas. O curso intitulava-se “Formação Continuada de Professores e Coordenadores Pedagógicos do Ensino Médio”, em nível de aperfeiçoamento, cuja área de estudo era educação, com desdobramento em uma subárea que era o currículo.

O PNEM como já salientamos, partiu de uma iniciativa do Governo Federal. Essa origem institucional nos permite refletir sobre o nome atribuído a política, Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio. E porque fazemos esse exercício? Realizamos essa atividade analítica em razão maior de como está organizada a estrutura educacional no Brasil, que de acordo com a LDB em seu art. 8º define que os entes federados gozam de autonomia sobre seus sistemas de ensino e devem atuar em regime de colaboração.

A reflexão sobre a nomenclatura do programa está atrelada a compreensão da complexidade em exercitar a cooperação, justamente em razão da autonomia dos sistemas de ensino. Nesse contexto, conciliar interesses distintos da União, Estados e DF demanda articulação consistente e os termos utilizados para denominar o PNEM enfatizam a importância dessa articulação.

Ressaltamos que um estudo científico, deve preocupar-se com as palavras usadas em seu objeto de estudo, já que palavras trazem sentidos, conceitos e como pondera Minayo (2009), um bom estudo tem de se preocupar em dissecar cuidadosamente o que se propõe a estudar. “Costumamos aconselhar aos que se aventuram a fazer um projeto de pesquisa que, quando formulam um objeto de estudo, a seguir, conceitue, detalhadamente, cada um dos termos que o compõem” (MINAYO, 2009, p. 19-20).

Segundo o dicionário eletrônico Michaelis, pacto consiste em “ajuste, contrato, convenção entre duas ou mais pessoas”<sup>2</sup>. Este termo remete a estrutura política brasileira da união, de pessoas jurídicas autônomas (União, Estados, DF e Municípios), que precisam se unir em prol de algo comum a todos, neste caso, o Ensino Médio e formação continuada dos professores.

---

<sup>2</sup>MICHAELIS. Dicionário da língua portuguesa. São Paulo. Editora Melhoramento. 2016. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=pacto>>. Acesso em: 15/11/2016

O termo pacto também mostra outra questão crucial na política educacional brasileira, o desafio de estruturar um sistema nacional de educação que seja composto obrigatoriamente pelos entes. A LDB estabelece sistemas autônomos que atuam em regime de cooperação (art.8º), o que obriga os entes a negociarem para o desenvolvimento de programas, como no caso do PNEM que exigiu um compromisso do MEC, das Universidades, dos IFs, das secretarias de educação dos estados e DF.

Compreendemos que sistemas autônomos não significam separados, há uma relação entre os sistemas de ensino no Brasil, todavia essa relação é cooperativa, ou seja, cada sistema mantém seu poder político/administrativo e o compartilhamento de informações, políticas, e financiamentos com outros entes se dão mediante acordos/convênios institucionais. Quando falamos em Sistema Nacional de Educação, remetemos a ideia de uma estrutura mais interligada, com as atuações de cada sistema definidas e também como vão contribuir, numa relação de cooperação.

Essa situação, já nos leva a outro termo, o nacional, que tem o sentido de “que ou quem pertence a uma nação”<sup>3</sup>. Remete ao princípio federativo, onde os entes doam parte de sua autonomia a uma coisa maior, conhecida como nação, todavia mantêm prerrogativas determinadas na Constituição. Na seara da educação, a LDB reconhece o federalismo, aceitando que cada ente possui seu sistema educacional autônomo, ou seja, a união, os vinte e seis estados, o DF, e todos os 5.570 municípios cada um com seu sistema.

A essa quantidade enorme de sistemas, se associa o fato de que ainda não temos um sistema nacional de educação, ou seja, uma estrutura integrada, nacional, composta obrigatoriamente pelos entes, que integre e congregue as ações, o financiamento e custeio da educação. Da forma como está organizada a estrutura educacional no Brasil, os entes não são obrigados a aderir a programas da União, pois cada ente é autônomo e suas prerrogativas estabelecidas na constituição. Por isso, a justificativa de utilizar o termo pacto nacional, um acordo para o país entre os entes envolvidos, no caso do PNEM, a União, os Estados e o DF, uma vez que já que compete a estes, a responsabilidade do Ensino Médio.<sup>4</sup>

Nesse recorte sobre as terminologias no PNEM, outro ponto crucial é a compreensão do sentido de fortalecimento, no qual é a “ação ou efeito de fortalecer (-se)”<sup>5</sup>. Percebemos o

<sup>3</sup>DICIO. Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 15/11/2016.

<sup>4</sup>LDB - Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de: VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o Ensino Médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; ([Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009](#))

<sup>5</sup>MICHAELIS. Dicionário da língua portuguesa. São Paulo. Editora Melhoramento. 2016. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?id=4obm>>. Acesso em: 15/11/2016.

contexto histórico que envolve o termo, quando abordado na seara da educação, decorrente da compreensiva referência a fragilidade histórica a qual se desenvolveu o Ensino Médio, necessitando que seja reestruturado, para que possa representar efetivamente um nível de ensino fundamental na vida dos jovens e adolescentes.

É justamente nessa busca de uma identidade para o Ensino Médio que o PNEM simboliza repensar o mesmo, a partir de uma formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio, que “tem por objetivos contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores e coordenadores pedagógicos e rediscutir e atualizar as práticas docentes em conformidade com as DCNEM” (PACTO, 2014, p. 4).

Como salientado, o PNEM já não existe, mas, a execução do mesmo foi durante o ano de 2014 e 2015, em duas etapas, havendo inclusive a possibilidade de continuidade, o que não aconteceu. Todavia, apesar do período curto de dois anos, a quantidade de informação e conhecimentos produzidos a partir do mesmo é enorme. Os cadernos de estudos, os materiais produzidos pelos participantes são exemplos.

Também encontramos inúmeros trabalhos que analisam o programa. Podemos citar Flores, Sisti, Narvaes (2014) e Tomazi, Mirandola (2015), ambos frutos de apresentações em congressos. Essas suas pesquisas traçam caminhos diferentes. Enquanto o primeiro é um resumo de dados conseguidos através de entrevistas com os professores participantes do programa, o segundo traça uma crítica sobre o objetivo do programa em ser um meio de reestruturar o Ensino Médio. Chamamos a atenção que esses dois trabalhos foram produzidos no período de execução do programa.

Flores, Sisti, Narvaes (2014) escreveram um texto, cujo título é “O PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO E A SUA IMPLEMENTAÇÃO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA NOS ANOS DE 2013 E 2014”. Trata-se de um trabalho acadêmico de uma pesquisa em início, que se propusera a analisar a construção do PNEM no município citado. Os pesquisadores se limitaram a analisar a execução da primeira etapa, por meio de questionários mediados com os professores, obtendo conclusões importantes. Eles destacam que:

Esta Política Pública que é o Pacto se apresenta de forma clara aos professores, [...] o Pacto reforça a importância da atualização do professor possibilitando a reflexão e o aprendizado ao uso de novas tecnologias, a contribuição desta política pública ao Ensino Médio Politécnico, o auxílio do material fornecido pelo Pacto na vida profissional, a necessidade de aliar a teoria e a prática e que através da formação continuada é possível melhorar a aprendizagem do educando (FLORES; SISTI; NARVAES, 2014, p. 8).

Tomazi, Mirandola (2015) cujo trabalho se intitula “PACTO NACIONAL PELO FORTALECIMENTO DO ENSINO MÉDIO: APONTAMENTOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NO ESTADO DO PARANÁ” fazem uma análise do PNEM a partir de momentos distintos da política educacional brasileira.

Os autores apontam para contradições que segundo os mesmos encontramos no PNEM, definindo que para eles, esse programa é apenas uma readequação de políticas neoliberais, cuja finalidade é produzir mão de obra. Em uma perspectiva crítica do trabalho, devemos relativizar posturas determinantes. A educação é marcada por contradições, a educação que possivelmente forma mão de obra, é a mesma que pode possibilitar uma mudança para uma sociedade mais crítica, formando realmente cidadãos. E nessa busca de uma análise coerente do PNEM, os autores trazem questionamentos que achamos importante destacar:

Somente as intervenções pedagógicas no interior da escola são capazes de criar condições efetivas para a melhoria da qualidade da educação pública? O programa avança na resolução dos problemas enfrentados pela educação básica? Garante condições efetivas no interior da escola para a promoção da construção coletiva do conhecimento e de combate à evasão? Proporciona aos professores participantes da rede pública subsídios teóricos e metodológicos para o desenvolvimento de ações educacionais sistematizadas e que resultem no redimensionamento de sua prática? (TOMAZI; MIRANDOLA, 2015, p. 1235).

Esses questionamentos apresentados pelos autores reforçam a necessidade de pensar políticas educacionais na seara da formação continuada como algo contínuo, onde os resultados dificilmente aparecerão de imediato. A formação profissional acontece durante todo o percurso do professor. Outro ponto é compreender que programas como o PNEM não são as respostas para todos os problemas.

O PNEM era um programa destinado aos professores, que tinha por objetivo a ressignificação das práticas pedagógicas e conseqüentemente uma possível melhoria no Ensino Médio. Ele não se propôs a resolver problemas como o financiamento ou a estrutura das escolas. O objeto do programa era a formação continuada de professores do Ensino Médio em escolas públicas nas áreas urbanas e rurais.

Outro trabalho onde encontramos citação sobre o PNEM é de Alexandre (2015). Seu trabalho consiste em citar o PNEM como uma das ações desenvolvidas em nível federal que busca a melhoria do Ensino Médio. Também faz a autora uma breve abordagem sobre os cadernos, destacando que “o interessante nessa política é a possibilidade que ela representa, pois, ao enviar materiais diretamente para as escolas, o governo federal tem a oportunidade de apresentar sua concepção de educação” (ALEXANDRE, 2015, p. 65). Diferentemente de

outros programas no qual o material de estudo tem origem de instituições privadas, no PNEM, o mesmo foi produzido pela Universidade Federal do Paraná em consonância com a DCNEM.

O texto representa a concepção de educação adotada pelo governo na época, pois é um documento institucional. Relevante perceber os cadernos como um documento institucional, que esclarece para a sociedade a concepção de educação do governo, uma concepção de construção crítica da formação do aluno, a exemplo, o caderno dois “o jovem como sujeito do Ensino Médio”. Compreender essa percepção histórica sobre o PNEM é importante pelo momento que vivenciamos.

No trabalho intitulado “Currículo do Ensino Médio: uma reflexão sobre as contribuições do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e do PIBIC-EM” produzido por Sidgley C. de Andrade, Mariana S. Cordeiro, Cezar R. Freitas, Sarajane Kolling, há também uma abordagem sobre o PNEM em referência a crítica sobre o currículo do Ensino Médio, questionando se este nível de ensino está formando pessoas aptas, críticas da sociedade ou se o mesmo está formando mão-de-obra para o mercado. Questionando a dissociação do currículo com a realidade dos alunos e refletindo sobre a importância da formação continuada, os autores afirmam que:

A demanda por um currículo que responda aos anseios dessa nova juventude exige também um professor com um novo perfil, por essa razão a formação continuada se mostra também como uma ação estratégica de grande valia para a execução do Pacto (ANDRADE, 2015, p. 1465).

Nessa perspectiva, os autores associam o PNEM como um programa “que traz, entre outros objetivos, indagações e propõe uma formação humana autônoma e emancipada” (ANDRADE, 2015, p. 1463). É categórica a posição dos autores em definir o PNEM como uma proposta adequada para o enfrentamento dos problemas do Ensino Médio. Porém chamam a atenção para o aspecto atual do programa, cujos efeitos são futuros e incertos. Essa posição corrobora com nossas colocações anteriores sobre o momento político que se instaurou no Brasil, a partir de 2015, ou seja, momento de execução da segunda etapa do PNEM, no qual se tinha a expectativa de uma continuidade, o que não ocorreu.

Em estudo que procurou compreender a formação continuada na qualidade do ensino, pesquisa intitulada “Formação Continuada Para Professores Na Escola Senador José Gaudêncio: Um Olhar Dos Alunos Do PIBID Sobre O Pacto Pelo Fortalecimento Do Ensino Médio”, os autores Hugo Ézio Magalhães de Almeida, Maria da Conceição de Freitas, Josefa Alves Cavalcante (ALMEIDA, FREITAS, CAVALCANTE, 2014) tinham como objetivo

buscar uma compreensão sobre o PNEM. Neste trabalho, eles utilizam o termo Sismédio, como também ficou popularmente conhecido o programa.

Cabe esclarecer que, o Sismédio era um sistema informatizado de cadastro desenvolvido para atender ao público do pacto. Era a plataforma on-line onde se registravam as presenças, faltas, notas e se acompanhava a liberação das bolsas de estudo dos participantes do programa. Hoje, essa plataforma se intitula SIMEC<sup>6</sup>. Esse mecanismo era um diferencial no PNEM, pois possibilitava interação e conectividade. Além dessa plataforma, houve entregas de tabletes, um equipamento portátil que vinha com conteúdo didático e pedagógico para que o professor pudesse utilizar em sala de aula.

O trabalho de Almeida, Freitas e Cavalcante, procurou localizar o PNEM como uma ação prática desenvolvida a partir do PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador. Este tinha como objetivo “apoiar e fortalecer os Sistemas de Ensino Estaduais e Distrital no desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio, disponibilizando apoio técnico e financeiro” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2016). Ou seja, o PNEM surgiu como uma ação a partir do PROEMI e como já frisamos tinha o objetivo de buscar um repensar do currículo e da formação continuada, possibilitando, segundo os autores, a participação dos professores. Assim:

Este pacto, conhecido dentro da escola como Sismédio, busca fortalecer a formação inicial dos professores, pois ele trabalha em uma perspectiva que exige do professor o desenvolvimento de projetos, onde teoria, prática e interdisciplinaridade devem estar ligadas (ALMEIDA, FREITAS, CAVALCANTE, 2014, p. 4).

Em artigo intitulado “Avaliação de aprendizagem os contornos do currículo integrado no Ensino Médio”, Ilma Ferreira Machado, Rose Márcia da Silva e Maria de Lourdes Jorge de Souza, tem como objetivo “analisar de que forma a avaliação da aprendizagem é proposta para o Ensino Médio brasileiro, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) e do Pacto Nacional de Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM), atentando para sua articulação com os diversos componentes do currículo integrado” (MACHADO; SILVA; SOUZA, 2016, p. 207). Os autores procuram situar o pacto como uma ação de repensar o currículo do Ensino Médio, orientado pela DCNEM, que estabelece a necessidade de estruturar este nível de ensino, a partir da vinculação entre educação escolar, trabalho, e práticas sociais.

Abordam também os objetivos do programa, entre eles a perspectiva da formação humana integral. Os autores afirmam ser um avanço a relação da formação integral com a

---

<sup>6</sup><http://simec.mec.gov.br/>

integração das disciplinas do currículo. Outro ponto apresentado no texto é a questão da avaliação. Os autores destacam que “Os cadernos do pacto não explicitam de que forma a avaliação pode ser redimensionada no contexto de um currículo que tem trabalho, cultura, ciência e tecnologia como eixos estruturantes” (MACHADO; SILVA; SOUZA, 2016, p. 216).

O artigo de Machado; Silva; Souza trabalha especificamente com a questão da avaliação, trazendo conceitos fundamentais ao programa. Afirmam os autores que os cadernos trazem fundamentos da pedagogia histórico-crítica e das teorias críticas do currículo. Importante compreender essa posição teórica progressista do Estado, pois dela prevê a formação de sujeitos críticos. Como já mencionamos em linhas anteriores, o PNEM trouxe por meio de formação continuada a possibilidade do professor repensar sua prática, e para isso incluiu o conhecimento das teorias educacionais.

Ressaltamos também que o trabalho cujo objeto de estudo é especificamente o PNEM, intitulado “O Pacto Nacional Pelo Fortalecimento do Ensino Médio no Estado de Rondônia: Avaliação e Implicações na Prática Pedagógica dos Professores”, construído por Rogério Delbone Haddad, Maria Irene Delbone Haddad e Agna Maria Coelho e Souza, teve como objetivo “avaliar as implicações interdisciplinares na prática pedagógica destes professores. O mesmo teve como preocupação central a questão de como melhorar a qualidade nos processos de ensino e aprendizagem dos estudantes, e como foi possível alcançar os objetivos propostos pelo programa quanto a qualidade da educação para este ciclo” (HADDAD, R; HADDAD, M; SOUZA, 2016).

Os autores apontam que “através do pacto foi possível realizar com sucesso um avanço no que se refere a melhorar a qualidade no ensino para os estudantes do Ensino Médio” (HADDAD, R; HADDAD, M; SOUZA, 2016, p. 2). E continuam: “com o Pacto, os primeiros resultados positivos começaram a aflorar nas escolas” (HADDAD, R; HADDAD, M; SOUZA, 2016, p. 5). Sobre os avanços, os autores consideram como tal, a expressiva participação dos professores no PNEM, o uso de meios eletrônicos para o aprendizado, a interação profissional e pessoal entre os professores participantes do programa, a prática interdisciplinar e de cooperação entre os professores, e a melhoria do rendimento dos alunos nas escolas observadas.

Outro trabalho que destacamos sobre o PNEM, foi o desenvolvido por Lycinia Maria Correa, Maria Amália de Almeida Cunha, Teodoro Zanardi, Liliane Oliveira Palhares da Silva. No mesmo, os autores analisam o programa, a partir da percepção da escola como o local singular para a formação continuada. No trabalho intitulado “Escola como lócus da formação continuada e o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio: efeitos na



vida dos professores”, os autores procuram responder sobre os efeitos que o programa teve junto aos professores. Para isso, afirmam que “A particularidade e a eficácia desse programa estão na centralidade da escola como lócus privilegiado de formação e no professor como sujeito epistêmico que elabora e produz conhecimento” (CORREA et al., 2017, p. 87).

Esse é um ponto importante quando analisamos o PNEM, a centralidade da formação continuada no chão da escola, e avançamos no sentido de afirmar ser essa característica um diferencial fundamental do programa. Nas formações pensadas para a escola, os professores orientadores eram funcionários das unidades de ensino, conhecedores do cotidiano escolar, ou seja, tinham uma visão particular e peculiar sobre o ambiente em que facilitava as formações, associando também a dimensão coletiva na qual o programa se estruturava.

Através de um questionário avaliativo, os autores coletaram informações com os professores cursistas e os orientadores de estudo avaliavam o programa. O texto de Correa (2017) no qual trabalha a realidade do Estado de Minas Gerais aponta o caminho de uma participação expressiva dos professores (CORREA et al., 2017, p. 95). Sobre essa participação, destaca-se que:

Os fatores que contribuíram para a participação e a permanência na formação [...] foram: a aplicabilidade na prática profissional (23%), o trabalho coletivo na escola (21%) e o relacionamento com o grupo na formação (21%). Em relação a esses dados, é possível supor que a eficácia da formação continuada com as características do PNEM situa-se na sua materialidade, porque os desafios vivenciados pelos professores no cotidiano pedagógico encontraram eco nos materiais estudados (Cadernos) e, também, nas discussões propiciadas pelo trabalho coletivo (CORREA et al., 2017, p. 98).

Essa forte participação dos professores está muito atrelada à perspectiva da importância que se tinha no PNEM. Barbosa e Fernandes (2017), em seu trabalho intitulado “Políticas públicas para formação de professores: Pibid, mestrados profissionais e PNEM”, destaca, que a formação escolar é configurada como caminho de emancipação, cujo principal objetivo é desenvolver leituras sobre o mundo e a participação nas dimensões sociais, culturais e produtivas da humanidade. Assevera as autoras que o programa objetivava “a constituição do professor como um sujeito culto, logo conhecedor e produtor de conhecimentos teóricos considerados fundamentais à compreensão e transformação da sua prática profissional” (BARBOSA; FERNANDES, 2017, p. 35).

## CONCLUSÕES

A partir do presente trabalho, concluímos que a valorização do professor enquanto mediador do conhecimento apresenta-se como uma demanda para o trabalho no ensino médio.

Essa grande participação referendada nos trabalhos aos quais tivemos acesso está muito ligada a essa compreensão da importância de referendar a identidade do professor.

Certo é que o PNEM surgiu da certeza que temos no Brasil uma educação excludente e elitista, já que pouco mais da metade dos jovens terminam o Ensino Médio aos 19 anos de idade. Além disso, 54,3% de crianças e jovens não conseguem prosseguir regularmente nos anos escolares. Como consequência, temos um Ensino Médio defasado, desestimulante, com profissionais despreparados para lidar com novas demandas sociais (APENAS, 2015).

Esse quadro de extrema desigualdade, fruto de séculos de descaso com a educação dos menos favorecidos, deve ser enfrentado com ações democráticas, articuladas, e com a cooperação de todos os personagens da sociedade. Tais ações devem atender de imediato os graves problemas de conjuntura do sistema educacional no Brasil, e em caráter emergencial atender as particularidades, e a diversidade da população brasileira. Não obstante, as políticas públicas em educação devem ter como objetivo dirimir esse quadro de desigualdade social, repensando o paradigma excludente de nossa educação escolar (PACTO, 2013; CURY, 2008). E, um dos caminhos para essa mudança profunda na educação no Brasil passa pela discussão da prática de formação docente, da docência, da formação crítica-reflexiva do professor.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, J. M. **Reestruturação curricular:** estudo de casos múltiplos sobre a implantação do ensino médio politécnico no Rio Grande do Sul. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132859/000984728.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 maio 2016.

ALMEIDA, H. É. M. de; FREITAS, M. da C. de; CAVALCANTE, J. A. Formação continuada para professores na Escola Senador José Gaudêncio: um olhar dos alunos do PIBID sobre o pacto pelo fortalecimento do ensino médio. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1., 2014, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Realize Eventos & Editora, 2014. p. 1- 5. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade\\_4datahora\\_14\\_08\\_2014\\_16\\_30\\_51\\_idinscrito\\_3588\\_df0982195e5f74de39d555edbf778e02.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_4datahora_14_08_2014_16_30_51_idinscrito_3588_df0982195e5f74de39d555edbf778e02.pdf)>. Acesso em: 19 jul. 2016.

ANDRADE, S. C. de et al. Currículo do ensino médio: uma reflexão sobre as contribuições do pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio e do PIBIC-EM. In: SEMINÁRIO NACIONAL INTERDISCIPLINAR EM EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS, 5., 2015, Francisco Beltrão. Anais... Francisco Beltrão: Unioeste, 2015. p. 1463-1472. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/eventos/senieeseminario/anais/>>. Acesso em: 19 jul. 2016.

APENAS 54,3% dos jovens concluem o ensino médio até os 19 anos. 2014. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/32163/apenas-543-dos-jovens-concluem-o-ensino-medio-ate-os-19-anos/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

BARBOSA, M. V.; FERNANDES, N. A. M. Políticas públicas para formação de professores: Pibid, Mestrados Profissionais e PNEM. **Em Aberto**, v. 30, n. 98, 2017. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3195>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 13 jul. 2016.

CORREA, L. M. et al. Escola como lócus da formação continuada e o pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: efeitos na vida dos professores. **Em Aberto**, Brasília, DF, v. 30, n. 98, p. 87-104, jun. 2017. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/3198>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CURY, C. R. J. Sistema nacional de educação: desafio para uma educação igualitária e federativa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 1187-1209, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a12.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2015.

FLORES, A. de O.; SISTI, C. F.; NARVAES, A. O “Pacto Nacional pelo fortalecimento do ensino médio”: a sua implementação na rede pública de ensino do município de São Borja nos anos de 2013 e 2014. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CIÊNCIA POLÍTICA**, 3, 2014, São Borja, RS. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/artigo-ale-carine.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2016.

HADDAD, R. D.; HADDAD, M. I. D.; SOUZA, A. M. C. e. O Pacto nacional pelo fortalecimento o ensino médio no estado de Rondônia: avaliação e implicações na prática pedagógica dos professores. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 9., 2016, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Unit, 2016. p. 1-13. Disponível em: <<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/2141/444>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MACHADO, I. F.; SILVA, R. M. da; SOUZA, M. de L. J. de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 207-221, ago. 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-32622016000200207&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-32622016000200207&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ensino médio inovador**. 2016. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13439&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13439&Itemid=)

1038>. Acesso em: 10 ago. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 1140**, de 22 de novembro de 2013. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. Disponível em: < [http://cac.php.unioeste.br/projetos/pactoNacional/docs/portaria\\_mec\\_1140\\_2013.pdf](http://cac.php.unioeste.br/projetos/pactoNacional/docs/portaria_mec_1140_2013.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2017.

PACTO Nacional pelo fortalecimento do ensino médio: **o pacto**. 2013. Disponível em: < <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

PACTO Nacional Pelo Fortalecimento Do Ensino Médio: **Documento orientador das ações de formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Médio**. 2014. Disponível em:<[http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/documento\\_orientador.pdf](http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/documento_orientador.pdf)>. Acesso em: 23 de junho de 2015.

TOMAZI, J. F.; MIRANDOLA, L. M. Pacto nacional pelo fortalecimento do ensino médio: apontamentos na formação dos professores no estado do Paraná. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS, 5., 2015, Francisco Beltrão. **Anais....** Francisco Beltrão: Unioeste, 2015. p. 1234 - 1246. Disponível em: <[http://cac.php.unioeste.br/eventos/senieeseminario/anais/Eixo5/PACTO\\_NACIONAL\\_PELO\\_FORTALECIMENTO\\_DO\\_ENSINO\\_MEDIO\\_APONTAMENTOS\\_NA\\_FORMACAO\\_DOS\\_PROFESSORES\\_NO\\_ESTADO\\_DO\\_PARANA.pdf](http://cac.php.unioeste.br/eventos/senieeseminario/anais/Eixo5/PACTO_NACIONAL_PELO_FORTALECIMENTO_DO_ENSINO_MEDIO_APONTAMENTOS_NA_FORMACAO_DOS_PROFESSORES_NO_ESTADO_DO_PARANA.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2016.